

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 265ª Reunião Ordinária
18 de junho de 2025

Aos 18 (dezoito) dias do mês de junho do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), às 14 (quatorze) horas, no Plenário do Conselho Estadual de Saúde – CES/ES, situado na sede da Secretaria de Estado da Saúde – SESA, Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 2025 – Bento Ferreira – Vitória/ES, reuniram-se em Sessão Ordinária os membros do Conselho Estadual de Saúde – CES/ES, sob a presidência do Conselheiro Márcio Flávio Soares Romanha, realizando sua 265ª (ducentésima sexagésima quinta) Sessão Ordinária. Estiveram presentes os (as) conselheiros (as): Caroline Gomes Coura Barbosa (SESA), Terezinha do Carmo Alves (SESA), Ricardo Ewald (FEHOFES), Judismar Tadeu Pedroni (SIMES), Alexandre Coutinho Sattler (SINFES), Robson Menezes Santos (SINDIENFERMEIROS), Marcia Naomi Shigetomi (SINODONTO), Maria Rita de Boni (SINDSAUDE-ES), Eliane Maria de Souza (SINTUFES), Zaldimar Tadeu da Silva (FETAES), Márcio Flávio Romanha (CUT), Sidney Parreiras de Oliveira (APVHA), Isaque de Oliveira Lima (APVHA), Wellington Barros Nascimento (UNEGRO), João Carlos Santos (SINDNAP), Mansour Cadaís Filho (FAMOPES) Milene da Silva Weck Terra (UBM), Maria Aparecida Alves Souza (FASMA) Antônia Genecy Teixeira de Oliveira (MINTRA), **Justificativa de Ausências:**

PAUTA: 1- Informes - Tempo: 10 min Relatoria: Sidney Parreiras; 2 - Aprovação – Ata 264º RO Tempo: 10 min Relatoria: Márcio Romanha – Presidente do CES; 3- Aprovação - Indicação dos nomes do RPP Tempo: 10 min Relatoria: Sidney – Conselheiro e Comissão dos Direitos Humanos; 4 - Aprovação - Seminário sobre Controle Social e Movimentos Sociais e GEAF – Seminário para fortalecimento do controle social na assistência farmacêutica Tempo: 10 min Relatoria: Sidney – Conselheiro e Comissão dos Direitos Humanos; 5 – Aprovação – Moção de Repúdio com Relação ao Processo Seletivo de Presidente Kennedy; Tempo: 15 min Relatoria: Márcia Naomi – Conselheira e Comissão dos Direitos Humanos; 6- Aprovação – Regulamento da 5ª Conferência Tempo: 10 min Relatoria: Márcio Romanha – Presidente do CES; 7- Apresentação – Delegados do CES para a 5ª CNSTT – ES Tempo: 10 min Relatoria: Márcio Romanha – Presidente do CES; 8- Apresentação – Parecer da CIOF sobre 3ª RDQA e RAG 2024 Tempo: 20 min Relatoria: Márcio Romanha – Presidente do CES; 9 – Apresentação: CISTT – Vigilância em Saúde de Populações Expostas ao Agrotóxico Tempo: 10 min Relatoria: Luciana Mugrabi; 10 - Aprovação: Regulamento das Eleições dos Conselhos Gestores Tempo: 10 min Relatoria: João Carlos/Antônio Carlos – Conselho Gestor 11 - Relato das Comissões Tempo: 20 min Relatoria: Coordenadores das Comissões e Comitês

O Presidente Márcio Flávio Romanha iniciou a ducentésima sexagésima quinta Reunião Ordinária saudando a todos e informou quanto à algumas datas importantes do mês de junho, como o Dia Mundial do Doador de Sangue (14), Dia Nacional do Teste do Pezinho (6), Dia da Imunização (9), Dia do Educador Sanitário (11), Dia do Funcionário Público Aposentado (17), Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa (15) e Dia do Orgulho Autista (18). Antes de passar para os informes, o Presidente disse que a Presidente da Comissão Eleitoral, Milene Weck, ainda estava a caminho e sugeriu que fosse feita uma inversão de pontos de pauta até que a Conselheira chegasse e salientasse quanto às assembleias eleitorais que tinham ocorrido no dia anterior ao da reunião. Sendo assim, o ponto 10 foi adiantado após a aprovação do pleno. **Ponto 1 – Informes:** Ele decidiu que daria os informes sobre a Etapa Estadual da 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e voltar aos informes do processo eleitoral quando

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 265ª Reunião Ordinária
18 de junho de 2025

Milene chegasse. Márcio disse que o local já havia sido escolhido e seria o Hotel Eco da Floresta localizado em Domingos Martins, também iriam aprovar o regulamento na reunião e indicar os delegados do Conselho Estadual de Saúde para a Etapa Estadual. O Presidente salientou que a Secretária Executiva Roberta Rovetta já estava em contato com o Hotel para que fosse preparada uma comida mais leve e saudável e que reforçassem a limpeza do ambiente. O Conselheiro João Carlos questionou quanto à possibilidade da Vigilância Sanitária visitar o local antes da Conferência, contudo o Presidente Márcio Romanha disse, devido ao feriado no meio da semana, ficaria muito difícil realizar a visita em tempo hábil. Ele seguiu salientando que os delegados já tinham confirmado presença. Os informes foram pausados e o Presidente disse que retomariam assim que a Conselheira Milene chegasse. **Ponto 2 – 2 - Aprovação – Ata 264º RO:** O Presidente Márcio disse que todos os conselheiros haviam recebido a ata para que pudessem fazer seus questionamentos. A ata foi aprovada com uma abstenção por parte de João Carlos com a justificativa de que uma fala do Conselheiro saiu errada. **Ponto 3 – Aprovação – Indicação dos nomes do RPP:** O Presidente explicou que a Faculdade de Direito de Vitória (FDV) havia solicitado a indicação de dois representantes do segmento de usuários do SUS para participarem do Comitê de Ética em Pesquisa da faculdade. O Conselheiro Sidney já havia dado seu nome e salientou que o Comitê se tratava de um espaço de muita importância para garantir a ética e os termos de consentimento na área da saúde. Ele seguiu explicando que as reuniões ocorrem uma vez por mês e que a representação dos usuários faz a avaliação do pleno. A Conselheira Maria Aparecida se colocou à disposição e o nome deles foi referendado pelos presentes. **Ponto 10 – Aprovação - Regulamento das Eleições dos Conselhos Gestores:** Conforme a inversão de pauta, o Presidente Márcio Romanha deu a palavra para Antônio Carlos e João Carlos poderem explicar sobre o Regulamento. Antônio Carlos saudou a todos e leu as partes que foram modificadas no regulamento: o conselho gestor será constituído por dois diretores de cada unidade com dois suplentes; será presidido entre seus membros titulares – que elegerão um presidente e um secretário; o conselho gestor será formado por titulares e suplentes; foram revogadas as portarias anteriores; ele também disse que iria organizar junto com os Hospitais do estado e os conselhos gestores para irem até o pleno realizarem uma apresentação. Antônio Carlos encerrou a fala se colocando à disposição para retirada de quaisquer dúvidas. A Conselheira Caroline Coura questionou quanto ao cargo de diretor nos hospitais e Antônio Carlos respondeu que foi acrescentado mais um diretor. O Conselheiro Mansour perguntou qual o tempo do mandato dos Conselhos Gestores, que foi dito ser de três anos, contudo o mandato do presidente é de dois anos. O Conselheiro Zaldimar sugeriu que o mandato do presidente também fosse de três anos ou diminuir para dezoito meses – proposta apoiada por Antônio Carlos. O Presidente Márcio Romanha explicou que o mandato foi ampliado para três anos para facilitar a realização de eleições. O Conselheiro Zaldimar questionou quanto aos casos omissos, que estão colocados como responsabilidade do Conselho Estadual, e sugeriu que o CES fosse a segunda instância, Antônio Carlos fez coro à fala do Conselheiro e complementou que seriam publicados seis hospitais, sendo eles Hospital Estadual Doutor Dório Silva, Hospital Estadual Doutor Jaime Santos, Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória, Hospital Santa Bárbara (Clínica dos Acidentados), Hospital Universitário e Hospital Estadual de Urgência e Emergência São Lucas. O Presidente Márcio Romanha sugeriu que fossem feitas duas resoluções, uma aprovando o

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 265ª Reunião Ordinária
18 de junho de 2025

regulamento para funcionamento do Conselho Gestor e a outra dando posse aos conselhos gestores e questionou se todas as portarias revogadas tratavam das mesmas diretrizes. Antônio Carlos informou que a alteração era referente à uma falta de garantia para os trabalhadores que compusessem este pleno. O Conselheiro Zaldimar questionou quanto à substituição dos titulares pelos suplentes nas reuniões, Antônio Carlos respondeu que a substituição poderia ser realizada desde que tivesse paridade e a deliberação não fosse a respeito de um assunto muito grave. A Conselheira Terezinha se exemplificou visto que a mesma é Conselheira suplente mas, na ausência do seu titular, ela tem direito à fala e voto. Antônio Carlos leu o artigo novamente e Mansour sugeriu que a reunião devesse ser aberta com 50% mais 1 de seus membros, havendo de um deles ser membro titular, que foi complementado por Antônio Carlos quanto à necessidade de ser colocado na lei. A Conselheira Antônio Genecy pediu que fosse melhorado o texto de forma a tornar o artigo mais claro para todos que lessem. Caroline Coura sugeriu que fosse colocado metade mais um de seus membros suplentes ou titulares ou suplentes presentes em substituição. O Presidente concordou com a alteração e o regulamento foi aprovado pela maioria, ao final da votação ele agradeceu pelo trabalho da Comissão de acompanhamento dos Conselhos Gestores. Antônio Carlos agradeceu à todos pelas contribuições e citou o nome de todos os membros da Comissão. **Ponto 1 – Informes:** Márcio Romanha recapitulou que todo o pleno havia combinado de aguardar Milene chegar para iniciar os informes da eleição e a palavra foi passada para a Presidente da Comissão Eleitoral. Ela assumiu a fala e saudou à todos, informou que as assembleias vespertinas haviam sido tranquilas, com todas as entidades que se inscreveram comparecendo e fechando o número exato de vagas para entidades inscritas. Quanto à assembleia noturna do segmento de usuários, ocorreu conforme o planejado e a Comissão ainda irá se reunir para emitir o relatório final e realizar a listagem do quantitativo de votos. As entidades eleitas no segmento de usuários foram: Associação dos Hemofílicos do Espírito Santo, Coletivo Juntos + Famílias Atípicas Capixaba, Associação Indígena Tupi Guarani – AITG, UNEGRO – União de Negras e Negros pela Igualdade, União Brasileira de Mulheres – UBM, Sindicato Nacional dos Aposentados – SINDNAPI, SINDIUPES – Sindicato de Trabalhadores em Educação Pública do ES, Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares – FETAES, FASMA – Família de Assistência e Socorro ao Meio Ambiente, Mitra Arquidiocesana de Vitória, CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil do ES, ASSOPAES – Associação de Pais e Alunos do Estado do Espírito Santo, SINDAEMA-ES – Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente, Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do ES – SindEducação/ES. Ela reiterou que houveram quatro subsegmentos que não houveram inscrições (movimento estudantil, organizações de moradores, comunidade científica e entidades patronais) e, conforme estabelecido no edital, essas vagas voltam para a disputa após todas serem preenchidas. As quatro entidades que assumiram as vagas remanescentes foram CTB, SindEducação/ES, SINDAEMA-ES e ASSOPAES. As entidades eleitas no segmento dos trabalhadores foram: Sindicato das Psicólogas e Psicólogos do Espírito Santo – SindPsiES, Sindicato dos Enfermeiros do Estado do Espírito Santo – Sindienfermeiros, Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Espírito Santo – SINFES, Sindicato dos Médicos do Espírito Santo – SIMES, Sindicato dos Odontologistas do Espírito Santo – SINODONTO, Sindicato dos Servidores da Saúde do Estado do Espírito Santo - Sindsaúde/ES e Sindicato dos Trabalhadores na

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 265ª Reunião Ordinária
18 de junho de 2025

Universidade Federal do Espírito Santo – SINTUFES. Por último, a entidade eleita no segmento dos prestadores de serviço foi a Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos do Estado do Espírito Santo - FEHOFES. Quanto à gestão, os órgãos são indicados conforme determinação do Ministério. Ela informou que na semana seguinte a Comissão iria se reunir para finalizar o relatório e encaminhar para a publicação. Márcio Romanha agradeceu e disse que em breve as entidades seriam notificadas para indicar seus representantes dentro do CES. O Conselheiro Wellington pediu a fala, parabenizou ao trabalho feito pela Comissão e disse que fica o desafio de conseguir entidades para todos os subsegmentos na próxima eleição. O Presidente Márcio Flávio agradeceu a fala e destacou o trabalho da Comissão. Antônio Carlos também realizou uma breve fala de parabenização. **Ponto 9 – Apresentação - CISTT – Vigilância em Saúde de Populações Expostas ao Agrotóxico:** Márcio pediu para que a apresentação da CISTT fosse adiantada e Wellington perguntou se a eleição de delegados do CES para a 5ª CNSTT – ES já havia sido feita, o que foi negado. A palavra foi passada para Luciana Mugará do NEVA – Núcleo Especial de Vigilância Ambiental, ela saudou os presentes e se apresentou brevemente e explicou que VSPEA se tratava de um programa que já estavam tentando implementar desde 2017. Luciana iniciou sua apresentação mostrando dados referentes aos riscos da exposição ao agrotóxico, crescimento do uso e do mercado de agrotóxicos no Brasil e também mostrou dados referentes à exposição de trabalhadores rurais e populações que sofrem com o uso dos agrotóxicos. O Presidente agradeceu a apresentação e passou a fala para o Conselheiro Zaldimar. Ele informou que os únicos dados vistos em espaço público sobre essa situação foram exibidos no Conselho, além disso pontuou que estão vivendo um momento de muita dificuldade no qual o Censo agropecuário se encontra paralisado uma vez que, em sua última realização em 2017, ele mostrou o verdadeiro papel da agricultura familiar. Também frisou que falar de agrotóxico no Brasil seria falar de uma disputa, enquanto muitos países acirram cada vez mais a entrada, no legislativo brasileiro são liberados à todo custo. Ao fim de sua fala, Zaldimar pediu para Luciana fazer a mesma apresentação numa assembleia virtual à nível de estado. A Conselheira Caroline prosseguiu agradecendo ao trabalho da Vigilância Sanitária e Ambiental. A Conselheira Antônia Genecy sucedeu a fala e pontuou que o agrotóxico não se trata somente do alimento que chega na mesa, além de que na região do Caparaó há uma grande contaminação de pessoas e lençóis freáticos e frisou a necessidade de uma criação de um plano de enfrentamento e concursos públicos para a contratação efetiva de funcionários especializados nestas áreas. Luciana disse que infelizmente há uma grande rotação entre referências técnicas, o que dificulta o trabalho de enfrentamento. A Conselheira Maria Aparecida saudou à todos e disse que havia estudado sobre o agrotóxico com base numa pesquisa realizada por uma doutora da UFES. No levantamento feito com quinhentos trabalhadores rurais, eles trabalhavam há vinte anos sem ter orientações do uso correto de EPI's e dosagem correta de cada produto, usavam mais de setenta produtos em um único ano de produção. Inclusive crianças faziam a solução dos químicos para serem usadas nas lavouras. A Conselheira disse que havia colocado como proposta na 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do Estado do Espírito Santo para que tenham profissionais da vigilância sanitária que deem formações aos produtores rurais e à toda comunidade rural, ela encerrou sua fala frisando que os resíduos ficam por pelo menos 25 anos no solo. O Conselheiro Wellington sucedeu a fala agradecendo pela

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 265ª Reunião Ordinária
18 de junho de 2025

apresentação e questionou quanto ao índice de suicídio em função do contato com os agrotóxicos e informou que muitas comunidades quilombolas da região norte do estado tiveram a água dos seus córregos completamente inutilizada devido à pulverização aérea e informou a necessidade de uma contraposição à situação discutida com reforços da prática agroflorestal e da agricultura familiar num geral. Ele reforçou a importância da agroecologia e da agricultura sustentável num geral, principalmente num cenário de emergência climática que está sendo vivenciado. Antônio Carlos agradeceu a fala de Luciana e a convidou para a reunião do Conselho Municipal de Saúde da Serra para fazer a apresentação e instigar um debate de enfrentamento no município. O Conselheiro Mansour parabenizou a apresentação, pediu que fosse encaminhada por e-mail para o pleno e pautou a subnotificação de casos dentro da esfera siderúrgica, que vêm impactando a população e natureza do município de Guarapari. O Presidente agradeceu as falas de todos e sugeriu que o Conselheiro Zaldimar e a CISTT trouxessem a discussão mais ampliada de forma a pensar numa resolução sobre o tema. Luciana iniciou suas considerações falando os três agrotóxicos mais utilizados e que os trabalhadores pouco toleram o uso de EPI's, além de que a formação deve ser feita pelos próprios trabalhadores e feito com muito cuidado para uma maior aderência das populações. Quanto à região norte, houve uma reivindicação dos quilombolas e a NEVE planejou ações pensadas na vertente de vigilância popular em saúde. Ela também frisou a importância da presença da vigilância na saúde do trabalhador. Luciana finalizou a fala informando que pode retornar em outro momento para uma discussão mais aprofundada. O Presidente ressaltou a importância da apresentação e do assunto num geral e agradeceu à Luciana. **Ponto 4 - Aprovação - Seminário sobre Controle Social e Movimentos Sociais e GEAF – Seminário para fortalecimento do controle social na assistência farmacêutica:** Márcio informou que haviam pensado em deixar aprovado dois seminários para a próxima composição do CES. O Conselheiro Sidney explicou que a Comissão havia deixado encaminhado um seminário e uma atividade com a população, além disso a GEAF já iria apresentar um seminário sobre farmácia e medicações em outro momento, sendo assim, o Conselheiro sugeriu de realizar os dois seminários de uma única vez. A sugestão foi aprovada pelo pleno. **Ponto 5 – Aprovação – Moção de Repúdio com Relação ao Processo Seletivo de Presidente Kennedy:** O Presidente passou a palavra para a Conselheira Marcia Naomi, que explicou sobre o concurso em Presidente Kennedy que exigiu apresentação de exame de HIV e outras IST's, além da exclusão dos que tiverem determinadas tatuagens. Ela reiterou que a exigência desses exames é uma prática que vai contra a lei federal e mencionou a moção: “[...] repudiamos integralmente o edital vinte e quatro de dois mil e vinte e quatro da Gcm por promover práticas discriminatórias e atectatórias à dignidade humana e exige imediata retificação digital com a retirada dos exames em caráter discriminatório e da cláusula que impõe a inclusão com base de tatuagens. Todos aqueles que tiverem certas tatuagens, requerer a responsabilização dos envolvidos na elaboração do referido edital no âmbito administrativo, judicial, por ofensa à legislação vigente e aos direitos humanos, encaminhe a cópia dessa moção ao Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Defensoria Pública, Ministério Público do Trabalho, Conselho Nacional de Saúde, A Ordem dos Advogados Seccional do Espírito Santo, ao Conselho Estadual de Direitos Humanos, ao Subsecretário da Vigilância em Saúde, à Subsecretaria de Estado da Atenção de Saúde e ao Secretário de Estado de Saúde e reitero seu compromisso intransigente com a defesa da equidade dignidade da vida e

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 265ª Reunião Ordinária
18 de junho de 2025

dos direitos humanos, bem como ao combate permanente a todas formas de preconceito, estima e exclusão. Repudiamos com veemência posturas desrespeitosas, discriminatórias e contrárias aos avanços históricos conquistados pelas mulheres e pelas pessoas vivendo com HIV/Aids no Brasil. continuaremos firmes e na defesa incondicional da saúde e dos direitos da cidadania. Comitê Intersindical de Direitos Humanos.” O Conselheiro Isaque explicou que essa denúncia havia sido levada pela rede de jovens por meio da comunicação de pessoas do município que desistiram do concurso ao conferir a exigência do exame sorológico. Ele reiterou quanto à legislação que criminaliza a exposição da sorologia do cidadão e informou que foi pessoalmente à Presidente Kennedy conversar com as autoridades responsáveis pelo concurso, que tentaram justificar a exigência com uma lei municipal – que não existe. O Conselheiro frisou a importância do Conselho abraçar a causa e representar a todos, além de pedir o encaminhamento o mais rápido possível pois seria uma situação inaceitável. A Conselheira Carolina Coura perguntou à quem a Moção havia sido endereçada, o que a Conselheira Marcia explicou que estava sendo destinada às autoridades que elaboraram o edital. O Conselheiro João Carlos lembrou que haviam se esquecido de endereçar a Moção para a Polícia Federal e que a função do Conselho naquele momento era somente ler e votar a moção. O Conselheiro Mansour Cadaís disse que pessoas já estavam sendo prejudicadas desde a publicação do edital, ou seja, o CES deveria se posicionar a favor da anulação do edital. O Conselheiro Zaldimar expressou sua preocupação quanto ao prejuízo para àqueles que já estão participando do processo seletivo. O Presidente disse que, apesar de entender a preocupação, o concurso já havia sido aberto infringindo a legislação explicando assim a necessidade de sua anulação. A Moção de Repúdio e solicitação de anulação do edital foi votada e aprovada pelos presentes. **Ponto 6 – Aprovação – Regulamento da 5ª Conferência:** O Presidente Márcio Flávio informou que haviam recebido poucas sugestões de alteração e o regulamento foi aprovado pelo pleno. **Ponto 7 – Apresentação – Delegados do CES para a 5ª CNSTT – ES:** Márcio Romanha pediu que os Conselheiros interessados passassem seus nomes, dia que estariam presentes para a Secretária Executiva e se precisariam de transporte. O Conselheiro João Carlos reiterou a denúncia feita pelo Conselho Municipal de Vitória no Ministério Público e sugeriu que as vagas de delegadas do CES fossem transferidas para os delegados eleitos na etapa municipal. O Presidente disse que a denúncia já estava sendo respondida no Ministério e deveria ser tratada por lá. **Ponto 8 – Apresentação – Parecer da CIOF sobre 3ª RDQA e RAG 2024:** A Vice-Presidente Milene Weck fez a apresentação do ponto de pauta e lembrou que o parecer já havia sido enviado anteriormente para que todos pudessem realizar a leitura em tempo hábil. O Coordenador da CIOF Márcio Flávio leu a parte final do parecer que diz respeito à execução orçamentária financeira, alguns dados sobre o desastre da Samarco em Mariana, recursos aplicados e as considerações finais. O Conselheiro João Carlos fez uma recomendação de que fosse criado um espaço para a pessoa idosa e perguntou se o orçamento do CES estava sendo contemplada no parecer. O Coordenador explicou que os questionamentos do Conselheiro estariam sendo respondidos no Plano Estadual de Saúde de 2025. O parecer foi votado e aprovado pelo pleno. **Ponto 11 – Relato das Comissões:** O Conselheiro João Carlos relatou sobre a Comissão de Acompanhamento de Conselhos Gestores e Comissão de Direitos Humanos agradecendo ao trabalho de Antônio Carlos como relator, pediu à Secretaria executiva que fosse feito um encaminhamento via ofício devido a dois óbitos

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 265ª Reunião Ordinária
18 de junho de 2025

no Hospital Estadual de Urgência e Emergência que necessitam de investigação uma vez que o paciente estava em isolamento no primeiro andar e foi encontrado já sem vida. O outro caso ocorreu na Sala Vermelha e disse que os dois casos devem ser investigados para averiguar se os pacientes foram negligenciados. O Conselheiro também denunciou situações que violam os direitos trabalhistas dos funcionários, além de outros problemas a respeito da infraestrutura do Hospital Estadual. A Conselheira Terezinha explicou o funcionamento dos trâmites para denúncia e investigação. Antônio Carlos disse que o CES não deve ser dependente de ouvidoria, devendo se reportar direto para o Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual. Ele propôs que a denúncia fosse direcionada ao Secretário Estadual de Saúde e finalizou a fala pontuando que o Conselho Municipal de Saúde da Serra havia se mobilizado e conseguiu barrar a terceirização da Unidade de Pronto Atendimento de Serra Sede. A Conselheira Antônia Genecy iniciou os relatos da Comissão de Educação Permanente em Saúde informando que na última reunião havia pedido à diretoria operacional que elaborasse um documento para encaminhar ao CES solicitando apoio à gestão do FIESP. A Conselheira Rita de Boni detalhou as atividades que tem como meta fortalecer e ampliar a atuação da CISTT em setenta municípios. O Conselheiro Sidney informou que a Comissão de Direitos Humanos estava encaminhando às auditorias alguns relatórios, trouxe uma investigação de negligência no Hospital Medsênior, encaminhamentos a respeito do seminário com a GEAF e armazenamento correto de medicações. A Conselheira Caroline compartilhou que uma possível solução para questão do armazenamento de remédios farmacêuticos seria uma parceria entre o setor público e privado de forma a abraçar o setor do almoxarifado visando uma melhor logística, contudo essa decisão depende de uma deliberação do Tribunal de Contas. Ela frisou que no relatório está vetada a possibilidade de esperar a resolução do Tribunal e a partir de agosto serão realizadas as apurações das denúncias do funcionamento dos hospitais. A Conselheira Milene Weck informou que a Comissão de Comunicação e Educação Permanente havia realizado com sucesso a oficina de capacitação, divulgou que a próxima oficina seria realizada presencialmente e disse que havia uma proposta se desenrolando no intuito de fortalecer a educação permanente em todo Brasil. O Conselheiro Mansour disse que deveria ficar encaminhado para a próxima gestão a constituição da Comissão de Saúde da Pessoa Idosa. Antônio Carlos informou que o Conselho Municipal da Serra estava nas preparações da Conferência de Saúde e questionou quanto à programação da etapa estadual e o relatório final da etapa regional Metropolitana. O Presidente Márcio informou que a programação seria distribuída no evento e publicada no Diário Oficial e parabenizou o trabalho do Conselho da Serra. O Conselheiro Sidney retomou a fala e reiterou a respeito de um seminário feito pela Comissão de Direitos Humanos para discutir saúde mental e foram realizados alguns encaminhamentos quanto ao tratamento para pessoas com transtornos mentais e denunciou a morte de uma pessoa em surto psicótico pela polícia militar. O Presidente Márcio Flávio agradeceu aos membros da CIOF pela dedicação e agradeceu aos conselheiros pelo mandato. O pleno agradeceu ao trabalho e condução do Presidente dentro do Conselho. Não havendo mais o que discutir, o Presidente Márcio Romanha encerrou a presente Reunião Ordinária.

Márcio Flávio Soares Romanha

Presidente do CES/ES